

PAULO RENATO DA SILVA, MARIO AYALA
FABRICIO PEREIRA DA SILVA , FERNANDO JOSÉ MARTINS
(COMPILADORES)

LUTAS, EXPERIÊNCIAS E DEBATES NA AMÉRICA LATINA

**Anais das IV Jornadas Internacionais de Proble-
mas Latino-Americanos**

Foz do Iguaçu
Imago Mundi / PPG - IELA UNILA
2015

Entre o antigo e o novo: considerações sobre as novas formas de atuação política das juventudes organizadas

Joane dos Santos Araújo²⁴⁴ (UFRN, joanearaujo@yahoo.com.br)

Resumo

A história política do Brasil mostra a importância da juventude na disputa de projetos e na luta por direitos, por isso a ênfase dada às mobilizações juvenis das décadas de 1960/70 e a mitificação de uma imagem de juventude. Os contextos marcados pelos efeitos da globalização e novas configurações do Mercado e do Estado alteraram as realidades e as práticas associativas. Essa geração é menos atraída por partidos políticos, sindicatos e outros canais convencionais de participação. Essa discussão é fundamental para a compreensão dos limites e das potencialidades sociopolíticas transformadoras das formas de atuação política das juventudes organizadas. Há generalizações e simplificações analíticas no caso brasileiro quanto ao tema da não militância dos jovens de hoje. As juventudes imprimem novos significados à noção de participação e de militância, o que torna urgente novo debate sobre o tema da apatia e acomodação política.

Palavras-chaves: juventude; movimentos sociais; participação; sujeito coletivo.

Introdução

Este artigo é produto de leituras e reflexões iniciais em torno das novas formas e espaços de participação das juventudes organizadas no Brasil. Ele apresenta os primeiros esforços teórico-metodológicos de compreensão dessa realidade. Trata-se de um estudo em desenvolvimento, de uma pesquisa de mestrado em curso pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN). Dialeticamente busca-se compreender as transformações ocorridas nas formas de atuação das juventudes organizadas – diversificação das pautas, dos espaços de sociabilidade política – a partir do surgimento de atores distintos daqueles outrora consagrados (juventude dos partidos comunistas e do movimento estudantil).

²⁴⁴ Professora de Sociologia da rede pública do Estado do Ceará (SEDUC/CE). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Realiza estudos acadêmicos nos temas Movimentos Sociais. Juventude e Participação Política.

Sujeitos coletivos juvenis que trazem a perspectiva de mudanças estruturais, e que emerge no cenário atual com novas motivações e individualidades. Problematiza-se o fato destes imprimirem novos significados à noção de participação ou militância política. Realizamos um recorte no campo amplo das organizações de juventudes elegendo o Levante Popular da Juventude como objeto de pesquisa. A abordagem da problemática da participação juvenil a partir de um enfoque cultural se distancia das análises ortodoxas formuladas essencialmente em torno das classes sociais e categorias econômicas, e aponta a dimensão criadora dos movimentos sociais, da produzir novos significados e possibilidades de vida. O fazer metodológico da pesquisa caminhará com a realização sistemática de 1) trabalho de campo – observação e o registro sistemático das práticas sociopolíticas e culturais do Levante Popular da Juventude; 2) análise de documentos – circulares nacionais e estaduais, registros de reuniões etc.; 3) observação de encontros estaduais e nacionais, participação em reuniões de núcleos e células do movimento e; por fim, 4) entrevistas com jovens militante e lideranças da coordenação nacional do movimento.

Juventude e participação política: panorama geral

A inserção militante e o entusiasmo político com a pauta e com a luta da juventude culminaram no interesse acadêmico pelo campo de estudo das ações coletivas, da organização e experiências de atuação política dos sujeitos coletivos juvenis. Desde o período da pré-ditadura e do governo militar a importância da atuação política da juventude na disputa por projetos e na luta pela garantia de direitos civis, políticos, sociais e culturais é fundamental. No Brasil parte significativa dos estudos que trazem o tema da participação juvenil enfatiza as mobilizações políticas protagonizadas por jovens da década de 1960 e 1970, período em que se mitificou uma forma de atuação política da juventude.

O perfil da juventude atuante nesse contexto de luta contra o cerceamento das liberdades individuais e no enfrentamento ao regime político autoritário era de jovens de classe média, numa faixa etária entre 20 e 30 anos, escolarizados e pertencentes ao movimento estudantil. Como resultado das ações de enfrentamento e resistência daquele período (não só da juventude e outros setores organizados), veio posteriormente o processo de transição democrática, garantindo a abertura de espaços para participação popular e fortalecimento das iniciativas associativas da sociedade civil. Depois de mais de duas décadas de luta e do processo de redemocratização do país surge

uma geração de jovens que, situada em um contexto sociopolítico e cultural de maiores liberdades, possuía ainda outros desafios a enfrentar.

Apesar de certo fatalismo quando o assunto é juventude e participação política baseado em uma percepção de realidade onde tendências individualistas e orientações para o consumo estão na ordem do dia, há elementos que nos levam a questionar sobre o apoliticismo que, segundo algumas leituras, é a marca geracional dos jovens de hoje. Os contextos sociopolíticos e culturais experienciados pelas juventudes são fundamentalmente marcados pelos efeitos da globalização e pelas novas configurações assumidas pelos mercados e pelo Estado, o que tem gerado alterações significativas nas realidades e nas práticas associativas das juventudes organizadas na atualidade. Otávio Ianni (1968, p. 225) aponta a drasticidade das transformações nas condições de vida dos grupos sociais consequentes do capitalismo em face da sociedade global. Segundo este autor, é nesse contexto socioestrutural que a juventude se torna elemento fundamental dos movimentos sociais, sejam estes de orientação ideológica de esquerda ou de direita.

Em um texto recente, fruto da análise da eclosão de movimentos sociais de protestos de dimensão global que ocorreram em 2011, Vladimir Safatle (2012, p. 55) aponta como elemento fundamental a desconfiança da juventude com os partidos políticos, sindicatos e outras estruturas governamentais, que apesar de suas funções para a manutenção da vida comum, não ressoam a verdadeira necessidade de ruptura. Continua afirmando, com relação ao futuro incerto desses levantes, que novos movimentos e organizações políticas continuarão consistindo em forças de pressão social enquanto se conservarem fora das dinâmicas e do jogo partidário (SAFATLE, 2012, p.55).

Estudiosos do conteúdo e formatação das novas formas de participação juvenil concordam que hoje predominam mais os grupos e movimentos de juventudes organizados no campo cultural e artístico (a exemplo dos grupos de *Hip Hop*), os coletivos organizados em torno de identidades étnicas e de gênero, os grupos de amigos ou as mobilizações esporádicas, por eventos ou temas, sem continuidade e avessas a rotinas, a exemplo das marchas contra o aumento das tarifas de ônibus urbano em diversas capitais (CASTRO; VASCONCELOS, 2007; SPOSITO, 2000; GROppo; FILHO; MACHADO, 2008). Em breve configuração sobre a constituição de coletivos juvenis no Nordeste brasileiro, Valéria Silva (2009, p. 423) assinala que,

[...] a ação desenvolvida pelos coletivos juvenis tem evidenciado certas mudanças nas formas de organização e participação dos jovens. Tanto o modo de participar, quanto os tipos de coletivos constituídos aparecem vinculados não apenas aos modelos originários de décadas anteriores, mas também, expressando os novos paradigmas ou, ainda, dialogando postulados variados que se entrecruzam na atualidade.

Corroborando com a perspectiva apresentada pela pesquisadora, acrescentamos que a busca por novas formas associativas, novos espaços de sociabilidade política pela juventude não configura no atual contexto a recusa à participação, mas reflita em certa medida a ausência de confiança nos canais institucionais e nas formas tradicionais de fazer política. Essa busca por novos espaços e formas associativas por parte da juventude não anuncia o fim dos espaços tradicionais de participação, como por exemplo, o movimento estudantil e político partidário, mas atenta para o fato de que o campo de organizações das juventudes é complexo e amplo. Essas novas práticas associativas e a produção de novos discursos referidos as lutas dos grupos de agentes que compartilham determinados interesses, materiais e simbólicos, tornam este campo um terreno disputas (PIERRE BOURDIEU, 2013).

Trata-se, a nosso ver, de uma nova cultura de participação, de práticas que se fazem e refazem. Não há uma ruptura definitiva entre os antigos e novos espaços de participação política, mas um deslocamento ou mesmo uma ressignificação de sentidos que, de uma forma ou de outra, permite que o diálogo entre as formas (antigas e novas) de atuar da juventude se realize. As funções dos elementos culturais presentes no contexto de participação juvenil abordado se configuram, até certo ponto, em funções políticas. Cultura nesse sentido, e como sugere Pierre Bourdieu (2013), é pensada como uma estrutura estruturada que reproduz as relações concretas/objetivas e, ao mesmo tempo, como estrutura estruturante capaz de produzir uma representação de mundo ajustada às relações objetivas interiorizadas.

Os jovens continuam, de forma renovada, participando de partidos e sindicatos e mobilizando ações que se formatam inclusive em passeatas, ainda que não de forma tão noticiada pela grande imprensa como em 1968 e 1984. Essa mesma juventude também se organiza/movimenta em diversos movimentos sociais, levando para dentro dos espaços mais tradicionais de participação política (sindicatos e partidos) uma série de questões e debates existenciais que combinam micro e macro referências, como questões relacionadas a relações sociais de gênero, sexualidade,

por exemplo. Enquanto ator social, a juventude organizada traz a perspectiva de mudanças estruturais, mas também emerge nesse novo cenário com novas motivações e individualidades.

A relevância desta investigação inicial encontra-se na tentativa de identificar e entender os limites e as possibilidades sociopolíticas transformadoras presentes nas atuais formas de atuação política e nos espaços organizados das juventudes. Pode-se verificar assim até que ponto é legítimo falar em acomodação, apatia política e individualismo das novas gerações. Partindo dessa perspectiva, é possível: 1) pensar que as juventudes vêm imprimindo novos significados à própria noção de participação ou de militância política (SPOSITO, 2000) e; 2) verificar a existência de generalizações e simplificações analíticas, no caso brasileiro, no que se refere ao tema da não militância dos jovens de hoje, quando no horizonte de comparações se compara essa com aquela do período da pré-ditadura e do Governo militar (CASTRO; VASCONCELOS, 2007).

A configuração de novos espaços e formas de participar da juventude traz a perspectiva de que este sujeito coletivo imprime novos significados à noção de participação ou militância política. Realizamos um recorte no campo amplo e complexo das organizações de juventudes elegendo o Levante Popular da Juventude, movimento social que apresenta uma multiculturalidade de aspectos e sujeitos políticos, como objeto de pesquisa, na perspectiva de problematizar como este movimento juvenil responde aos desafios políticos e organizativos de hoje. A abordagem a partir dos estudos culturais que nos propomos nessa investigação se distancia das análises ortodoxas dos movimentos sociais formuladas essencialmente em torno das classes sociais e categorias econômicas. Ela traz para a análise a dimensão criadora dos movimentos sociais, capaz de produzir novos significados e possibilidades de vida.

É na dinâmica das relações do mundo, na dialética entre o micro e macro da vida social, que a juventude redefine suas formas de atuação política e social. As (novas) experiências formas de participar das juventudes estão relacionadas à sua representação nas sociedades de hoje, sendo afetadas pelos modelos políticos, sociais e econômicos vigentes. No cenário brasileiro atual há alternativas, grupos de juventudes organizadas e mobilizadas²⁴⁵ em torno de um projeto de socie-

²⁴⁵ Conforme pensamento de Gohn (2008, p. 448-449) mobilização social é um processo político e cultural presente em todas as formas de organização das ações coletivas, remetendo-se à categoria “participação” no sentido que lhe é atribuído atualmente no Brasil. Desmobilização será justamente o bloqueio à participação.

dade. Essas novas formas de “se movimentar” não possuem a envergadura nem a organicidade dos movimentos juvenis (estudantis principalmente) da década de 1960/70, mas continuam atuantes.

Uma parte considerável das mobilizações e ações coletivas juvenis não passa mais pelos partidos e pela política institucional, fato que nos levar a problematizar o grau de eficácia política das novas formas de atuação/pressão desenvolvidas pelas juventudes organizadas hoje. Sobre o tema da participação política juvenil ABAD (2003, p. 34) pondera que esta,

[...] não resulta somente de um encontro feliz entre a vontade de participar dos jovens (o que nos remete às ações suas percepções individuais sobre custos e benefícios) e as oportunidades que lhes são abertas para fazê-lo, mas também de um complexo sistema de hábitos, regras, regulamentos, instituições e práticas destinadas a negociar os conflitos da reprodução das gerações.

Nesse sentido, faz-se necessário revisitar o debate sobre participação política desses novos e/ou híbridos sujeitos políticos coletivos considerando uma série de particularidades (histórica, sociopolítica, econômica e geracional) para então verificarmos até que ponto é pertinente falar de uma recusa à participação por parte das juventudes de hoje, ou se, por outro lado, tal concepção não se baseia numa simplificação de uma realidade que se mostra mais complexa.

Problematização teórica inicial

Conforme Maria da Glória Gohn (2008, p. 451) “[...] há diferentes paradigmas teóricos na atualidade para o estudo da ação dos sujeitos coletivos que produzem e reproduzem demandas, ações, inovações ou até mesmo retrocesso nas ações coletivas organizadas”. Situando o lugar do conceito de movimento social dentro dos estudos clássicos das ações coletivas, a autora os define como “expressão de uma ação coletiva [que] decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural” (GOHN, p. 14). Sobre as principais correntes teóricas que analisam o fenômeno dos movimentos sociais, Gohn (2008, p.29) afirma que a corrente culturalista-identitária de análise,

[...] constituiu a chamada novidade dos ‘novos movimentos sociais’ ao destacar que as novas ações abriam espaços sociais e culturais, eram compostas por sujeitos e temáticas que não estavam na cena pública ou não tinham visibilidade, como mulheres, jovens, índios, negros, etc.

A produção teórica recente sobre as ações coletivas dos movimentos sociais e outros sujeitos e atores coletivos na América Latina e no Brasil aponta, nas últimas décadas, para diversas transformações na realidade, compreendidas a partir do surgimento de novos sujeitos e novas formas de ação social coletiva, acompanhadas pela ampliação das teorias das ações coletivas/movimentos e a criação de novas categorias de análises. José Medica Echevarria (1968) nos fala que é preciso estudar as diferentes juventudes em função da sociedade global (p. 180). Independentemente da maneira como a interpretamos, a categoria juventude está inserida no campo mais amplo do processo histórico, seja ela tratada como um aglomerado estatístico, um grupo social específico ou uma estrutura permanente da vida (p. 184).

A emergência de novos espaços de participação política e de movimentos juvenis situa-se em um contexto sociopolítico e cultural globalizado, de mudanças nas formas de mobilidade humana, da intensidade e dinâmica cada vez mais celerada das trocas e das convivências culturais (HOBSBAWM, 2008). Como consequência disso, vemos a transformação (ou conciliação) das pautas de políticas estruturais em políticas focalizadas, específicas e identitárias. Wrigth Mills (1969, p. 242) com vistas à compreensão das relações complexas que ocorrem entre biografia e a história, aponta a necessidade de compreensão da estrutura e da tendência, do condicionamento e dos sentidos das instituições de nosso tempo, a partir da problemática que envolve tanto a biografia dos homens como as tramas do desenvolvimento histórico das sociedades.

A compreensão da dinâmica global, dos fatos e acontecimentos da estrutura, é fundamental para a apreensão das transformações dos espaços e sentidos da participação dos sujeitos coletivos juvenis. A perspectiva da totalidade e da processualidade na análise da realidade histórica (HOBSBAWM, 2002; 2008) e a imaginação investigativa nos permite passar de uma perspectiva ou realidade a outra: ter uma percepção mais ampla da sociedade sem, contudo, esquecer-se das partes (ou realidades) que a integram (WRIGTH MILLS, 1969). Trata-se de verificar e compreender a influência mútua entre nosso objeto (recorte na realidade) e a estrutura. Assim, perceber os aspectos particulares imbricados em um todo mais amplo de fatos e acontecimentos é entender que a problemática da participação política das juventudes hoje reflete em muito uma configuração

política maior, que é necessário conhecer e explicar (sem desconsiderar os modelos e as referências organizativas herdadas do passado).

Um sujeito político coletivo não pode ser compreendido fora de seu contexto histórico e conjuntural, pois a identidade política desse sujeito não é única nem fixa, ela pode variar em contextos, conjunturas e situações distintas. Essa mudança se dá porque há experiências e aprendizagens diversas que, por sua vez, geram consciência e interesses também diversos (GOHN, 2008, p. 444). As ações coletivas de determinado grupo social são impulsionadas pelo descontentamento em relação às estruturas políticas vigentes. São essas ações que direcionam e potencializam os objetivos dos sujeitos concebidos enquanto uma coletividade. Entendidas no contexto de surgimento e consolidação dos novos movimentos sociais²⁴⁶ as ações coletivas se caracterizam tanto pela luta (nas instâncias políticas institucionais) por aquisição de direitos – de uma cidadania ampla – como também pela resistência às mudanças nas esferas sociais, políticas e econômicas da sociedade.

Eder Sader (1988) justifica a utilização do conceito de sujeito referindo-se aos movimentos sociais pelo “fato da noção de sujeito vir associada a um projeto, a partir de uma realidade cujos contornos não estão plenamente dados (...)”. Acrescenta que a noção de sujeito está vinculada a “ideia de autonomia, como elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social a partir das próprias experiências” (SADER, 1988, p. 53). Sujeito coletivo traz o sentido de constituição de uma coletividade, de uma identidade que leva inevitavelmente a organização de ações coletivas de defesa de interesses e expressão de vontades comuns. “Trata-se de uma pluralidade de sujeitos cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis” (SADER, 1988, p. 55).

Alberto Melucci (1997, p. 6), citado por Marília Pontes Sposito (2000, p. 82), nos traz também uma importante reflexão sobre as formas de ação coletivas protagonizadas por jovens e de suas possíveis relações com o campo de estudo dos movimentos sociais atestando que, “(...) parece mais apropriado tratá-las [as formas de ação coletivas juvenis] como redes conflituosas que

²⁴⁶ Corroboramos com as ideias de Ilse Scherer-Warren sobre a conceituação de movimentos sociais. Para maiores esclarecimentos, vide SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: uma interpretação sociológica** Florianópolis: Editora da UFSC, 1987. Em outros estudos a autora se dedica também à análise das tendências das teorias contemporâneas sobre as práticas sociais dos movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 1998).

seriam ‘formas da produção cultural’, ou seja, ativação de condutas em torno de conflitos, mesmo que em práticas ainda emergentes”.

A juventude como categoria sociológica evidencia a impossibilidade de utilização de uma concepção homogeneizada e fixa. Os grupos juvenis constituem um conjunto heterogêneo que experenciam, de diferentes maneiras oportunidades, possibilidades, dificuldades e poder nas sociedades. Esta categoria é por definição uma construção social, uma produção (situada no tempo e no espaço) de determinada sociedade gerada a partir das múltiplas formas como ela vê a juventude. Nessa produção há de se considerar diversos fatores que concorrem para a definição de juventude para tal sociedade, tais como estereótipos, momentos históricos e diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007, p. 21).

A complexidade da realidade demonstra que o critério faixa etária não permite homogeneizar ou apreender as manifestações socioculturais presentes no comportamento juvenil, ou mesmo na relação que a sociedade estabelece em torno dos jovens. Além das dimensões estruturais, essas manifestações são estimuladas por diferentes processos sociais e outros recortes identitários. O que é possível supor, preservando-se a diversidade de realidades e os condicionamentos sociais em que vivem os sujeitos, é que existam “as experiências geracionais comuns” conforme aponta a antropóloga Regina Novaes (1998, p. 27).

Karl Mannheim (1968, p. 70) considera a juventude a partir da relação de reciprocidade total entre esta e a sociedade, e questiona em suas análises sobre a contribuição que se espera dos jovens. Para Mannheim a juventude representa os recursos latentes que toda e qualquer sociedade dispõe e de cuja mobilização depende sua vitalidade (MANNHEIM, 1968, p. 71). A função sociológica da juventude na modernidade, concebida a partir da reciprocidade entre sociedade e juventude, está relacionada com a manutenção da vitalidade das instituições sociais. A juventude é intermediária das transformações pretendidas por uma sociedade, pois se constitui enquanto agente revigorante, um tipo de “reserva social” que se apresenta quando uma revitalização das instituições sociais se faz latente.

A juventude enquanto reserva latente precisa ser mobilizada e integrada à sociedade para se transformar em função, em um agente revitalizador das instituições e da sociedade como um todo (MANNHEIM, 1968, p. 72-73). Depende da estrutura social da sociedade que essa reserva seja ou não mobilizada e integrada numa função histórica. Para Mannheim o papel de destaque dado à juventude nos processos de transformação é consequência do fato da mesma ainda não está

completamente integrada na ordem social vigente. Ao sair da infância e da dependência da dominação familiar, o jovem entra em contato de maneira mais plena com a comunidade e certas esferas da vida pública. É nessa fase da vida que o jovem se vê confrontado pela primeira vez com um conjunto de valorizações antagônicas (MANNHEIM, 1968, p.74).

[...] Sociologicamente [o jovem] penetra num mundo em que os hábitos, costumes e sistemas de valores são diferentes dos que até aí conhecera. O que para ele é uma novidade diferenciadora, para o adulto é algo com que já está habituado e aceita com naturalidade. Por isso, essa penetração vindo de fora torna a juventude especialmente apta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos que, por razões bem diferentes das suas, estão insatisfeitos com o estado de coisas existentes (MANNHEIM, 1968, p. 75).

Otávio Ianni (1968) questiona a análise de Mannheim no que se refere ao “fator especial” que faz do jovem um elemento fundamental para a gestação do novo em uma sociedade. Mannheim parte, segundo Ianni, do pressuposto de que o jovem “vem de fora” dos conflitos da sociedade moderna, logo, se encontra imune aos interesses econômicos ou espirituais. Nesse sentido, o sociólogo brasileiro avalia que “a relativa desvinculação do jovem em face da ordem estabelecida é um aspecto útil à compreensão do comportamento radical da juventude. Mas a interpretação é insatisfatória, quando pretende reduzir-se a descrição funcionalista desta desvinculação (IANNI, 1968, p. 232)”. Todos os homens, e não apenas os jovens, possuem faculdades criadoras que se manifestam no trabalho e enriquece e modifica a sociedade e ele próprio. O que faz dessa ação original ou revolucionária são as condições estruturais de sua realização e os significados que os próprios agentes discernem ao realizá-lo.

Para José Medica Echevarria (1968, p. 183) a questão da juventude durante muito tempo, tanto na literatura sociológica quanto na psicológica, foi trabalhada sob a ótica do “problema”, enquanto sujeito “naturalmente” mais suscetível a problemas ou constituindo ela mesmo um problema dentro da estrutura social (ECHEVARRIA, 1968, p. 183). Echevarria (1968) formula a hipótese de trabalho fundamentada no reconhecimento de que a juventude não pode ser compreendida sem considerar a estrutura geral da sociedade e que suas formas de condutas, no geral das vezes, são excelentes indicadores de uma integração social maior ou menor. Problematisa a condição juvenil no contexto de países industriais e também em desenvolvimento, apostando numa aná-

lise ampla e numa hipótese geral para compreensão das semelhanças de condutas das juventudes em ambos os contextos (ECHEVARRIA, 19687, p.185).

Em função das contradições das sociedades capitalistas, estruturadas a partir de uma democracia legal/procedimental, o processo de incorporação dos “grupos imaturos” nem sempre ocorre de forma automática ou espontânea. Isso reflete no fato de jovens das diversas camadas sociais desenvolverem atuações políticas geralmente incompatíveis com os interesses de sua classe. A incorporação de tais grupos se realiza por meio de mecanismos complexos que nem sempre apamham plenamente o indivíduo. Por isso o jovem se encontra “desvinculado”, em processo de ajustamento com relação às polarizações de interesses de sua classe, fato que pode muitas vezes levá-lo a se aproximar de doutrinas políticas contraditórias com os interesses de sua classe, ou com a preservação da conjuntura atual, desenvolvendo então o comportamento radical (IANNI, 1968, p. 226).

Segundo este autor, “Na maior parte dos casos, esse comportamento é o produto de uma consciência peculiar da condição social do próprio jovem, da sua situação de classe e da sociedade global (IANNI, 1968, p. 226)”. Assim, a formação da consciência social singular que torna o jovem político ativo se explica em boa parte pelos processos que envolvem os fundamentos dos comportamentos divergentes do jovem numa estrutura de classe. Diferentes formas de desajustamento social encontram-se certamente ligadas a uma origem comum, quando o foco é a ação política. O inconformismo juvenil é um produto possível do modo pelo qual a pessoa globaliza a situação social. Isso porque no momento em que o jovem ingressa na sociedade mais descortina condições e possibilidades de existência que o tornam consciente tanto das condições reais quanto das emergentes (IANNI, 1968, p. 228).

A organização do comportamento radical se dá, nessa perspectiva, numa relação de negatividade que se estabelece com a realidade presente. Há um momento da trajetória do jovem em que ele é inserido em grupos sociais mais dinâmicos, amplos e diversificado, o que possibilita a criação das condições reais para a emergência de outras feições da consciência social (IANNI, 1968, p.229). O radicalismo político comum entre jovens de diferentes contextos é a manifestação de um tipo peculiar de consciência histórico-social desenvolvida pelo jovem em condições determinadas. Nas palavras de Ianni (1968),

[...] exprime a apreensão, pela consciência, dos primeiros sintomas da própria alienação, que se manifesta já no próprio lar no interior da família onde se organiza e se condensa a práxis dos primeiros anos da vida da pessoa, exprimem-se evidências iniciais de contradições insuportáveis (p.230).

A inserção do jovem em outros grupos sociais mais amplos estrutura a consciência de uma situação paradoxal e insuportável, isso porque os processos de socialização a que se submete nem sempre conseguem responder satisfatoriamente os componentes controversos do sistema sociocultural. No momento em que a consciência das contradições inerentes à situação se estrutura, o jovem canaliza politicamente a sua ação, transformando-se em agente dinâmico da história. O jovem radical é um produto do sistema social no qual se encontra imerso. Seu radicalismo é produzido no momento que ele próprio descobre que seu comportamento é tolhido, prejudicado e muitas vezes deformado institucionalmente. Em meio às contradições e as condições reais de ação, o jovem vislumbra tanto as inconsistências estruturais do sistema como as alternativas concretas apresentadas a sua consciência (IANNI, p. 240).

A análise pretendida se funda numa compreensão histórico-estrutural da juventude, pois a análise não desvincula o jovem do universo sociocultural e político, pois este afeta a consciência da situação da pessoa, da classe social e da sociedade global. Nesse aspecto é que ocorre a vinculação necessária e real entre a biografia e a história. Essa proposta investigativa concebe o caráter fundamental do comportamento social juvenil a partir de sua inserção na estrutura global, na perspectiva de apreender as significações principais da condição dos jovens na sociedade capitalista. A nosso ver, quando Ianni concebe a consciência de alienação como elemento básico para o desenvolvimento do comportamento político radical do jovem, focaliza todas as dimensões básicas das atuações do jovem inconformado (IANNI, 1968, p. 241).

Considerações finais: sobre os aspectos metodológicos e a construção do objeto

Situamos nossa preocupação com juventude organizada no âmbito nacional, na ação política coletiva do Levante Popular da Juventude que, a nosso ver, apresenta as tipologias atuais, fluentes e mutáveis das formas e do sentido de participação política hoje. A inserção das juventudes organizadas nas sociedades globais, seus dilemas e descontinuidades traz a perspectiva da geração

como um campo de “vivências comuns” que deriva de situações objetivas, de acontecimentos desde os mais universais aos puramente domésticos (ECHEVARRIA, 1968, p. 201).

Enquanto produto cultural do intelecto humano, a ciência corresponde a necessidades coletivas simbólicas e concretas, bem como a interesses específicos de classes, situados historicamente (BORDA, 1981, p. 44). O agente pesquisador não pode prescindir da utilização das ferramentas críticas de que dispõe e se converter em mais um simples militante que obstinadamente segue a pauta do grupo. Seu objetivo é problematizar e mesmo clarificar a prática vivida pelo grupo investigado, o que exige certa distância crítica com relação à realidade e ação cotidiana do grupo. Assim, nos deparamos na pesquisa com o desafio de “Alcançar uma síntese entre o militante e o cientista social, entre o observador e o participante, sem sacrificar nenhum polo desta relação (OLIVEIRA, 1981, p.28)”.

A metodologia da pesquisa participante-militante (BRANDÃO, 1981) parte do pressuposto de que os grupos e movimentos sociais, sujeitos da realidade que se pretende compreender, não são meros objetos concebidos a partir de categorias abstratas, mas sim sujeitos conscientes de sua própria prática, “sujeitos tanto do ato de conhecer de que tem sido objetos quanto do trabalho de transformar o mundo que os transformou em objetos (BRANDÃO, 1981, p. 11)”. Trata-se de uma “investigação participativa” de cunho dialético popular que nega criticamente a política da neutralidade científica e pauta a criação de novas relações com o objeto/sujeito investigado, relações estas que não se intimidam ao trazer o compromisso político do agente pesquisador com a realidade/grupo pesquisado.

Há nessa perspectiva, uma dupla postura do agente pesquisador, crítico atento às contradições e limitações existentes, e do participante ativo. A pesquisa se aproximará de uma análise na qual se perceba o contexto de constituição de novos sujeitos coletivos, bem como de processos de mutação nas formas de ação/atuação dos “antigos”. Em suma, a partir dessas referências iniciais nos propomos a investigar o universo das ações coletivas do Levante Popular da Juventude na perspectiva de entender seu protagonismo hoje na cena sociopolítica e cultural brasileira. Para tanto, atentaremos para aspectos políticos-organizativos de sua prática militante com vistas a apreender a rede de relações sociais e de conflitos que imprimem um dinamismo permanente a sua ação enquanto sujeito coletivo juvenil, bem como explorar as contradições que abrem caminho para as rupturas e mudanças.

REFERENCIAS

ABAD, J. M, Crítica às políticas de juventude. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. DE C. (Org). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANDÃO, Carlos. **Pesquisa Participante**. Vários autores. (org.) Carlos Rodrigues Brandão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: **Pesquisa Participante**. Vários autores. (org.) Carlos Rodrigues Brandão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BOURDIEU, Pierre. Introdução: a força do sentido (por Sergio Miceli). IN: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo; Perspectiva, 2013.

CASTRO, Mary Garcia; VASCONCELOS, Augusto. Juventudes e Participação Política na Contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. IN: **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**, (org.) ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO 2007. (Coleção Educação para todos; 27). p. 79-116.

ECHEVARRIA, José Medica. A juventude latino-americano como campo de pesquisa. IN: **Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. (org.) Sulamita de Brito; Vários autores; Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1968 (Textos básicos de ciências sociais).

ESTEVES, Luis Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. IN: **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**, (org.) ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO 2007. (Coleção Educação para todos; 27). p. 19-54.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: 3ª edição Loyola, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina**. Caderno CHR, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

GROPPO, Luis Antônio; FILHO, Michel Zaidan; MACHADO, Otávio Luis. Sob o impacto de novos movimentos estudantis. **In: Movimentos juvenis na contemporaneidade** (Org.) GROPPPO, L. A.; FILHO, M. Z.; MACHADO, O. L. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. 204 p. – vários autores.

HOBSBAWM. Eric, J. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2008. Caps. 2, 5, 9 e 10.

HOBSBAWM. Eric, J. **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Cia das Letras, 2002. Caps. 18, 21 e 23.

IANNI, Otávio. O jovem radical. **IN: Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. (org.) Sulamita de Brito; Vários autores; Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1968 (Textos básicos de ciências sociais).

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. **IN: Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. (org.) Sulamita de Brito; Vários autores; Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1968 (Textos básicos de ciências sociais).

MILLS, C. Wright. O artesanato intelectual. **In: A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1969 (p. 211 – 243).

NOVAIS, R.R. Juventudes cariocas: mediação, conflitos e encontros culturais. In: **VIANNA, H. Galeras cariocas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; Oliveira, Miguel Darcy. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: **Pesquisa Participante**. Vários autores. (org.) Carlos Rodrigues Brandão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cenas: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1988.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. **IN: Occupy: movimento de protestos que tomaram a rua**. Vários autores. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012. – pág. 45-55.

SILVA, Valéria. Coletivos Juvenis no Nordeste brasileiro: breve configuração. **In: REIS, V. (org.) Juventudes do Nordeste do Brasil, da América Latina e do Caribe**. Teresina: NUPEC/UDUFPI; Brasília: FLACSO, 2009. Coleção jóvenes em el saber; v. 3.

SPOSITO, Marília Pontes. **Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação.** Revista brasileira de educação; jan/fev/mar/abr de 2000, n. 13.